

## Município de Tabaí Estado do Rio Grande do Sul

LEI Nº. 1.773/2019

DE 07 DE FEVEREIRO DE 2019.

Altera § 1º do art. 27 da lei municipal nº. 914/09 de 22 de dezembro de 2009 que estabelece o Plano de Carreira do Magistério de Tabaí.

ARSENIO PEREIRA CARDOSO, Prefeito Municipal de Tabaí, Estado do Rio Grande do Sul,

FAÇO SABER, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica alterado o § 1° do art. 27 da lei municipal n°. 914/09 de 22 de dezembro de 2009 que estabelece o Plano de Carreira do Magistério de Tabaí, que passa a ter o seguinte teor:

Art. 27- ....

§ 1º- A convocação para trabalhar em Contrato Temporário e Regime Suplementar, nos casos de substituição, só ocorrerá após despacho favorável do Prefeito, consubstanciado em pedido fundamentado do órgão responsável pelo ensino, no qual fique demonstrada a necessidade temporária da medida.

Art. 2° - Permanecem inalteradas as demais disposições da lei municipal n°. 914/09 de 22 de dezembro de 2009.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaí, 07 de fevereiro de 2019.

Arsenio Pereira Cardoso Prefeito Municipal Certifico que este documento esieve Exposto, de acordo com a Lei Municipal n.º 265/03, no quadro do mural da Câmara de Vereadores durante.

Alexandra Mara Togni Chefe de Gabinete

Rubrica Responsável

Registrado e Publicado.



## Município de Tabaí Estado do Rio Grande do Sul

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

Srs. Vereadores.

Sr. Presidente,

O presente projeto pretende alterar § 1º do art. 27 da lei municipal nº. 914/09 de 22 de dezembro de 2009 que estabelece o Plano de Carreira do Magistério de Tabaí, suprimindo o seguinte trecho do texto "que não poderá ultrapassar trezentos (300) dias".

Transcrevo o inteiro teor do referido artigo onde destaco o trecho a ser suprimido:

- **Art. 27-** Para substituição temporária de professor legalmente afastado, para suprir a falta de professor concursado ou nos casos de designação para o exercício de direção de escola, o professor poderá ser convocado para trabalhar em regime suplementar de 20 horas semanais em conformidade com a necessidade da substituição ou pelo tempo que durar a função de direção de escola.
- § 1º- A convocação para trabalhar em Contrato Temporário e Regime Suplementar, nos casos de substituição, só ocorrerá após despacho favorável do Prefeito, consubstanciado em pedido fundamentado do órgão responsável pelo ensino, no qual fique demonstrada a necessidade temporária da medida, *que não poderá ultrapassar trezentos (300) dias.*
- § 2º- Pelo trabalho em regime suplementar, o professor perceberá a remuneração na mesma base em que se der o regime normal da convocação, observada a proporcionalidade da carga horária semanal.
- § 3°- Não poderá ser convocado para trabalho em regime suplementar o professor que estiver em acumulação de cargos, função pública ou em estágio probatório.

Há necessidade de manutenção dos serviços de creches municipais durante o recesso escolar com a necessidade de suplementação de horário aos responsáveis pelos referidos educandários, o que se torna inviável se obedecido o regramento vigente.

Permanecem inalteradas as demais disposições da lei municipal  $n^{\circ}$ . 914/09 de 22 de dezembro de 2009.

No ensejo, apresento a Vossa Excelência e aos seus eminentes pares protestos de elevado apreço e distinguida consideração.

Arsenio Pereira Cardoso

Prefeito Municipal

Tabaí, o povo faz o progresso